

Os jovens da favela. Reflexões sobre controle e contenção sócio-espacial dos párias urbanos no Rio de Janeiro

The youth from favela. Reflections on socio-spatial control and enclosure of the urban outcasts in Rio de Janeiro

Fernando Lannes-Fernandes

University of Dundee, United Kingdom / f.l.fernandes@dundee.ac.uk

Abstract: This article outlines a reflection on analytic tools which can contribute in studies about urban segregation and socio-spatial stigmatisation. The urban space production in Rio de Janeiro and the social representation of Favelas is utilized as an empiric reference for a theoretical discussion, in which two analytical notions are introduced: the “socio-spatial control and enclosure” and the “space of embarrassment”.

Key words: stigma and urban segregation.

Resumo: Este artigo introduz uma reflexão sobre ferramentas de análise que podem contribuir para estudos sobre segregação urbana e estigmatização sócio-espacial. A produção do espaço urbano do Rio de Janeiro e a representação social das favelas são utilizados como referência empírica a partir da qual é feita uma discussão teórica, onde são apresentadas as noções de “controle e contenção sócio-espacial” e “*espaços de constrangimento*”.

Palavras-chave: estigma e segregação urbana.

Palavras iniciais: a Favela na Cidade Maravilhosa

São muitas as fronteiras físicas e simbólicas que marcam a experiência urbana no Rio de Janeiro. Essas fronteiras conformam áreas de separação e contato de práticas socio-espaciais que se desenham na paisagem, que marcam e individualizam lugares e formas de pertencimento e que expressam territorialidades e formas de apropriação do urbano. Essas marcas se originam de confrontos e conflitos, das tensões e acomodações da diversidade e das diferenças que marcam a vida na cidade. Os usos dos lugares expressam a marca simbólica e material dos grupos que tem experiências na cidade. Diferenças que se revelam no espaço e no tempo, traçando distintas territorialidades, muitas vezes sobrepostas, como é o caso da praia: lugar que se transforma ao longo do dia, onde distintos grupos se apropriam e usam o espaço à sua maneira, conferindo marcas e delimitando fronteiras.¹

No Rio de Janeiro algumas dessas marcas são bem presentes na construção de um imaginário sobre a cidade, e refletem as profundas desigualdades sócio-espaciais da cidade. As disparidades sócio-econômicas também são expressas *espacialmente*, conferindo tons marcantes ao grande mosaico urbano. As demarcações físicas e simbólicas no Rio de Janeiro têm sido construídas em torno de oposições que se sustentam na relação entre favela e cidade. A favela singulariza a essência do conflito e da tensão que marca a vida na cidade, e que se evidenciam nos contrastes entre “Zona Norte” e “Zona Sul”, “asfalto” e “favela”, “ordem” e “desordem”, “cidade maravilhosa” e “cidade partida”².

1 O filme “Faixa de areia” (Brasil, 2007) é uma interessante ilustração desses diferentes usos e apropriações do espaço na construção de uma territorialidade pelos frequentadores das praias cariocas.

2 Segundo Leite (2000), data do início do século XX a representação do Rio de Janeiro como “cidade maravilhosa”, título conferido pelo livro de poemas *La ville merveilleuse*, escrito por uma escritora francesa encantada com a cidade recém reformada por Pereira Passos. Com o esvaziamento político do Rio de Janeiro, em função da transferência da capital federal para Brasília, em 1960, houve uma revalorização dessa imagem, com forte ênfase para sua centralidade cultural no país. Ao longo dos anos 90, ainda, existe essa imagem de cidade maravilhosa foi sendo contraposta uma idéia de “cidade partida”, fundamentada no reconhecimento das profundas disparidades sociais e do quadro de violência urbana existente na cidade (Leite, 2000). Esta representação, ainda, acabou “por reforçar os nexos simbólicos que territorializavam a pobreza e a marginalidade nas favelas cariocas” (Leite, 2000: 74a). Mesmo o termo “cidade partida”, ainda, precisa ser tomado com ressalvas. Amplamente difundido em função de obra homônima de Zuenir Ventura, o recorrente uso do termo sugere uma compreensão limitada do contexto urbano, ignorando que a cidade que na sua

Estas construções simbólicas revelam tensões, desigualdades e diferenças, e também expressam uma ideia, segundo a qual, a favela é um lugar à parte, desarticulado dos fluxos econômicos, sociais e culturais da cidade, reforçando com isso, processos de segregação, especialmente no campo simbólico.

O papel histórico das representações sociais das favelas tem sido o de afirmar sistematicamente que a favela é a *não-cidade*, e de que seus moradores são *não-cidadãos* (Fernandes, 2005; Silva e Barbosa, 2005). Isso também opera para a construção da imagem do indesejável e rejeitável. Figura do caos urbano, ou ainda o retrato do atraso e da pobreza, que reforça a ideia da favela como um espelho invertido na construção de uma identidade urbana civilizada (Zaluar, 1998). Desta forma, conceber a favela como um mundo à parte, como o caos, ou como um lugar desprovido de regras orientadas pelo Estado, representa na prática, a elaboração e execução de ações igualmente estereotipadas. Estas ações, quando focalizadas na contenção e no controle sócio-espacial, reforçam processos de segregação, ao criar mecanismos que ajudam a manter a distância social, simbólica e física entre os favelados e aqueles que mantêm sobre eles um sentimento misto de medo, ódio e repulsa.

Com efeito, os grupos estigmatizados e seu correspondente lugar de moradia ocupam o papel de bode expiatório na cidade. Eles tendem a ser culpados pelos problemas urbanos e se tornam o elemento explicativo que ocupa centralidade no discurso e imaginário do senso comum, aumentando o preconceito, a discriminação e, bem especialmente, a repulsa social. Eles são a quem se deve evitar e também a quem se deve desvalorizar, nas suas práticas, hábitos e sistemas simbólicos. Eles são párias urbanos condenados à imagem da negação, da repulsa e da indiferença. Este quadro tem sido o mote histórico da relação entre favelas e o restante da cidade, e tem se acentuado ao longo dos últimos anos em função do crescente processo de criminalização da pobreza – a resposta mais efetiva que o Estado neoliberal esta dirigindo aos pobres urbanos numa clara resposta a uma sociedade amedrontada, cujo medo assume contornos cada vez mais radicais resultando em uma verdadeira guerra das favelas e de militarização da dinâmica urbana (Souza, 2008).

A negação e a repulsa decorrentes, do medo e aversão social das favelas e seus moradores não é um processo necessariamente explícito. Embora sejam visíveis situações de violência e violação de direitos praticados pelo Estado nas favelas, como é o caso da ação policial, observa-se também a presença de

unidade, se compõe de tensoes e múltiplas configurações, ora antagônicas, ora sobrepostas. Por esse motivo, prefere-se, aqui, adotar a tese da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade (Souza, 2000), pela sua abrangência teórica e empírica.

mecanismos sutis, onde determinadas estratégias de controle e contenção sócio-espacial se manifestam. Trata-se do conjunto de mudanças operadas nas políticas de estado e na prática de agentes privados, segundo o qual as contradições e problemas sociais têm como pano de fundo o paradigma do estado penal e da criminalização da miséria, onde a estruturação da ordem configura políticas de contenção social e isolamento corpóreo e simbólico dos grupos indesejáveis nas cidades (Wacquant, 2001 e 2003; Fernandes, 2009).

Assim, processos de depreciação simbólica são adotados pelos grupos hegemônicos como forma de afastamento social e de produção do auto-estigma. Tais mecanismos produzem constrangimentos que se expressam como barreiras simbólicas no acesso e usufruto de certos espaços da cidade pelos grupos considerados indesejáveis. Este processo expressa não apenas suas práticas sociais, como também, suas práticas *espaciais*. Assim, o delineamento da distinção social deixa marcas no espaço, num processo de afirmação de uma estética própria, definindo-lhe formas de uso e apropriação que estabelecem fronteiras distintas. Trata-se, portanto, de processos de produção de *constrangimentos* a partir dos espaços, onde barreiras simbólicas se impõem naqueles que não são bem-vindos. Há, portanto, um processo em curso de afirmação da distinção e de reforço da segregação pelo constrangimento, que demarca territórios e lugares, e que impõe identidades a partir de externalidades. Este é o cenário do Rio de Janeiro, cidade onde determinadas estratégias de afastamento simbólico e corpóreo vêm delineando a segregação na cidade, e esta se acentuando ao longo das últimas décadas em função do medo e da aversão social resultante do quadro de violência urbana e criminalização da pobreza.

O contexto sócio-histórico da segregação no Rio de Janeiro

Embora os processos de segregação tenham por referência a ideia de fechamento e isolamento (Vasconcelos, 2004), não é possível identificar processos de segregação dessa natureza no Brasil. Além disso, não se pode dizer que não exista segregação neste país. Meu argumento é que os processos de segregação sustentam-se pela *permeabilidade* e *porosidade*, havendo por isso, uma mistura de elementos constitutivos de nossa conformação sócio-cultural estruturado em torno do paradigma da “cordialidade” (Holanda, 1995), da “distinção” (Bourdieu, 2008) e do “constrangimento” (Fernandes, 2009). Estes aspectos parecem encontrar um lugar de realização na cidade do Rio de Janeiro, onde um conjunto de especificidades sócio-históricas contribuiu para que o padrão de distribuição espacial da moradia dos pobres e grupos indesejados assumisse contornos singulares.

Na cidade do Rio de Janeiro o sítio e o processo histórico ajudaram a compor um mosaico resultante da mescla entre suas limitações territoriais e uma grande diversidade de tipos que marcaram a sociedade carioca desde o Período Colonial. O papel ocupado pelo Rio, inicialmente como importante área de defesa, passando de entreposto comercial e de escoamento de todo o ouro das Gerais, até chegar à condição de capital do Império e do Brasil, fez com que sua constituição sócio-espacial refletisse uma composição social mista em um espaço restrito, delimitado pelas montanhas, os pântanos e o mar (Abreu, 1988). A inexistência de serviços de transporte dificultava a mobilidade espacial, fazendo com que diferentes grupos e classes sociais ocupassem uma área muito restrita. Isso facilitou, por um longo período, uma convivência mais próxima entre grupos de diferentes estratos sociais, étnicos e culturais, tratando-se assim, de uma época em que “brancos e negros, ricos e pobres podiam coexistir em relativa proximidade física, quando o sistema socioeconômico-cultural permitia uma ‘tranquilidade hierárquica’, isto é um consenso quanto às linhas de diferenças entre as etnias e as situações de classe” (Sodré, 2002: 46).

Pode-se dizer que com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, em 1808, e a consequente produção de novos espaços elitizados, inicia-se um processo de estratificação na distribuição da população na cidade, acentuando processos sociais que passam a ganhar forma e lugar no espaço. Processos distintivos, caracterizados especialmente pela fachada da moradia como meio de expressão do status social (e que eram muito comuns numa época em que não havia um delineamento possível entre espaços de moradia de ricos e pobres), começam nesta época, a se espalhar na cidade, mas ainda de forma bastante incipiente, especialmente em função daqueles limites ligados aos meios de transporte e ao sítio urbano. Este processo, ainda adquire maior força a partir do período da República, quando a presença do capital estrangeiro, especialmente inglês, passa a modelar o espaço urbano, superando as barreiras físicas e intensificando suas contradições (Abreu, 1988).

Ao longo deste período, pode-se afirmar que algumas áreas já se constituíam como espaços de moradia de grupos em condição socialmente inferior, a exemplo das freguesias da Gamboa e Santo Cristo (Abreu, 1988) e ainda os quilombos urbanos (Campos, 2005) e os terreiros de candomblé (Sodré, 2002). Estes dois últimos, em sua origem, constituíam núcleos de resistência e de afirmação de uma identidade e de um conjunto de práticas culturais e expressões religiosas que em seu processo de territorialização adquiriram um sentido singular em relação ao conjunto da cidade. Estas formas sofreram uma importante ressignificação com o advento da República,

em 1889, quando os princípios liberais e igualitários ameaçavam o antigo consenso quanto à hierarquia social do período colonial (Sodré, 2002).

Mas é somente a partir da década de 1870 – momento em que se cria a primeira linha de carris e quando aumenta o número de trens suburbanos da Estrada de Ferro D. Pedro II -, é que se começa a delinear uma espacialização da segmentação social na cidade, com a ocupação, pelos setores mais abastados, dos lugares servidos pelo caro e elitizado transporte de carris e bondes (Abreu, 1988). Trata-se de um momento-chave, uma vez que os dois elementos impulsionadores da expansão na cidade passam a atuar sincronicamente. Assim, delineia-se na cidade uma gradativa diferenciação entre espaços de moradia dos mais abastados – que eram servidos pelas linhas de carris e bondes, que seguiam em direção à Zona Sul -, e espaços de moradia dos menos abastados, notadamente o subúrbio, seguindo a trilha do trem, em direção à Zona Norte. Para ali se dirigiam os “usos sujos” (Abreu, 1988), a exemplos das indústrias, e a classe trabalhadora - aqueles que, em outras palavras, também poderiam ser considerados socialmente “sujos” - concepção que parece não ter mudado muito, mais de cem anos depois. Trata-se de um momento em que, gradativamente, as diferenciações no urbano se deslocam da habitação para o *habitat* (Abreu, 1988).

Embora esse processo de segregação tenha produzido e reforçado a formação dos espaços dos negros e dos pobres – a exemplo da Praça XI, no centro do Rio, reduto de negros e baianos -, não houve um isolamento destes do resto da cidade. Na realidade, produziram-se territórios que mantinham uma profunda relação com a cidade, não reproduzindo o modelo clássico da segregação, mas capazes de produzir uma permeabilidade herdeira das relações coloniais, onde, como sinalizado a partir da análise de Sodré (2002), os esquemas hierárquicos eram marcados por uma dinâmica social e cultural própria, capaz de permitir uma singular convivência entre negros e brancos, pobres e ricos.

Tem que se considerar que a constituição da República não foi capaz de agregar os setores populares da cidade, especialmente os negros, que recém-libertos pela Monarquia, mantinham certo apreço pelo feito pela Princesa Isabel e o D. Pedro II em relação à abolição da escravidão. Essa dificuldade de adesão implicou um acirramento de diferenças entre as elites e os setores populares no plano das ideias e dos valores (Carvalho, 2002), pese ao desejo dos republicanos em obter apoio popular. A perseguição contra capoeiras, bicheiros e cortiços, empreendida pelos republicanos é uma evidência de um processo crescente de “prevenção republicana contra os pobres” (Carvalho, 2002: 30), e revela processos de exclusão e segregação que iriam se acirrar

nos anos seguintes. Ainda, os processos de segregação que se processariam a partir das intervenções estatais no contexto da República e de uma elitização crescente da cidade, não foram capazes de criar territórios impermeáveis. Ao contrário, havia uma *permeabilidade* que permitia a existência de canais potenciais de comunicação e interação com o resto da cidade, especialmente pelo canal do mundo do trabalho e da cultura popular, cujo exemplo mais notório era a “Pequena África”.³ A “Pequena África” era uma área que, apesar do nome, mantinha muitas relações com a cidade, começando pela culinária das baianas, “conhecidas em toda a cidade”, e os homens que buscavam trabalho na zona portuária, biscates, e toda ordem ofícios aprendidos em casa, como lustrador de móveis e marcenaria. João da Baiana, famoso sambista da época, também muito conhecido por suas práticas religiosas, recebia em seu terreiro, localizado na Praça XI, personalidades da época, como Pinheiro Machado, Paulo de Frontin, Irineu Machado e Lopes Trovão.⁴ Na verdade, como bem coloca Carvalho (2002: 41), “na Pequena África [do bairro] da Saúde, a cultura dos negros muçulmanos vindos da Bahia, sua música e sua religião fertilizaram-se no novo ambiente, criando os ranchos carnavalescos e inventando o samba moderno”, o que representava um processo gradativo de incorporação de elementos da cultura popular na cultura das elites da cidade, elemento que contribuiria para a constituição da primeira identidade coletiva da cidade, “materializada nas grandes celebrações do carnaval e do futebol”.

Essa “herança”, que estrutura-se no princípio da cordialidade (Holanda, 1995), teve lugar em uma sociedade onde os mecanismos de controle social e de demarcação de fronteiras é definido não apenas pelo espaço de moradia, mas também pelas formas de relacionamento centradas na distinção e no constrangimento, como atestam Holanda (1995) e Freyre (2003b). As relações cordiais, que se aplicam aos pobres em geral e aos negros em particular, baseiam-se em códigos corpóreos e simbólicos, que encontram um lugar social na máxima “você sabe com quem está falando?” (DaMatta, 1994). Não se trata de subserviência ou “bondade”. A cordialidade situa-se no plano da negação a convenções ou formalismos nas relações sociais, implicando uma intimidade ou informalidade entre desiguais, em que os lugares sociais se definem pelos códigos emitidos pelo corpo, pelos hábitos e

3 Nas palavras do sambista Heitor dos Prazeres, toda a região que abrangia a zona portuária, no entorno dos bairros da Saúde e Gamboa, constituía uma “Pequena África” (Rocha, 1995).

4 Como ilustra o romance, *Memórias de Um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, “... não era só a gente do povo que dava crédito às feitiçarias; conta-se que muitas pessoas da alta sociedade de então iam às vezes comprar venturas e felicidades pelo cômodo preço da prática de algumas imoralidades e superstições”.

pelos gestos, que estabelecem as fronteiras que delimitam o lugar de cada um na sociedade. Com efeito, pode-se falar de uma *estética* que configura o lugar social dos sujeitos, segundo a qual, valores, padrões e gostos demarcam lugares e estabelecem barreiras simbólicas que permeiam as relações, definindo fronteiras e níveis de pertencimento.

Ainda, mais do que um novo processo em curso, tratava-se, também, de uma espécie de renovação dos mecanismos já enraizados da ordenação social da sociedade colonial que não foram totalmente substituídos. A chegada da Corte ao Brasil implicou uma reformulação das formas até então instituídas de controle social e punição. Assim, com a introdução de novos esquemas de regulação da vida social, as formas antigas se adaptam. Estas mudanças se apresentam, em particular, para uma pequena burguesia em ascensão, situada entre as costumes da sociedade colonial e as novas práticas sociais e de sociabilidade introduzidas pela sociedade de corte (Pechman, 2002). O processo de *estetização do cotidiano*, com efeito, tentou uma ordem minuciosa, que buscava regular todas as esferas da existência, de tal modo que a polidez, o asseio, e o adorno, se colocam em substituição ao castigo e à expulsão. Um projeto de civilidade que é um projeto de poder e um estilo de dominação (Pechman, 2002: 15). Com efeito, trata-se de um contexto caracterizado pela conformação de uma “estética da aparência” (Pechman, 2002), segundo a qual a burguesia carioca vivia.

Esta *estética da aparência*, vivenciada pela burguesia carioca, dividida entre um *Orbis* colonial e um *Orbis* cortesão, aos poucos assume formas mais consolidadas em torno de um comportamento urbano, o qual Freyre (2003b) caracterizaria como a sociedade urbana de *sobrado*, marcada pela *moderação*, em contraposição ao comportamento imoderado, fluído e híbrido do senhor de engenho.

Ainda, pese ao fato da burguesia carioca passar por estas transformações, que definitivamente interfeririam na própria estética da cidade e na incorporação de uma ideia de ordem importada da Europa, é interessante observar que aqueles traços fluídos e híbridos das relações entre senhor e escravo, ou “processos de equilíbrios de antagonismos” (Freyre, 2003a), em certa medida, parecem ter permanecido entre os grupos subalternos na cidade. Com efeito, acredito que é desse legado que se origina elementos típicos do que se conformou chamar de “malandragem carioca”, ou ainda o “jeitinho brasileiro” (DaMatta, 1986; 1994),⁵ que se colocam dentro de uma esfera de

5 O “jeitinho brasileiro” constitui um recurso de indivíduos com pouco poder de influência social, que utiliza-se de meios escusos para obter favores e vantagens em benefício próprio.

relações caracterizada pelo “jogar o jogo”, pela incorporação de estratégias e táticas de sobrevivência no mundo urbano que ex-escravos e pobres brancos incorporariam na sua relação com os setores dominantes.⁶

Assim, aquela imoderada sociabilidade do senhor de engenho e escravo, que instituiu uma relação fluída, híbrida, como sugere Freyre (2003a), parece não ter se perdido por completo. Ela se renovou, introduzindo na sociabilidade do brasileiro um dado de informalidade, permissividade e uma “invasão” nas relações – inclusive entre estranhos.⁷

Esse legado das relações sociais oriundas da colonização é um componente de nossa conformação sociocultural, segundo o qual a relação entre as classes dominantes e as classes oprimidas foi se tecendo em uma mistura de dominação/opressão e paternalismo/assistencialismo (Ribeiro, 1995). Contudo, ainda que esses mecanismos tenham sido utilizados como forma

Assim, o “jeitinho” pode ser definido como a habilidade de “se dar bem”, de ter “jogo de cintura” (DaMatta, 1994).

6 Algo que, da mesma forma, tem sido utilizado pelos grupos dominantes como forma de “amaciar” os conflitos de classe. A relação simpática e acolhedora aos subalternos, que por vezes são considerados “membros da família”, por exemplo, encobrem o confronto e o abuso de poder, levando, muitas vezes, a não cumprimento de regras formais, como assinar a carteira de trabalho. Esta pessoalidade é presente nas relações em geral, e aparecem não apenas entre patrão e empregado, mas também naquela figura do “homem e família” ou ainda da “pessoa correta” que sustenta a imagem de muitos políticos.

7 Ainda há muita polêmica sobre os argumentos de Gilberto Freyre em sua interpretação da relação entre senhor de engenho e escravos. A idéia de uma escravidão “suave” tem levado muitos críticos a sustentar a que os argumentos de Freyre seriam conservadores e ideológicos. Todavia, estudos recentes vêm demonstrando que os argumentos de Freyre possuem uma válida base de sustentação. Versiani (2007), por exemplo, ao analisar modelos de escravidão e a aplicação da coerção como instrumento de maximização da produção conclui que no Brasil escravagista o uso da coerção seria em boa parte inaplicável. Versiani argumenta que a coerção é um modelo baseado em grandes plantations, com grande número de escravos, caso que se não se aplicava à realidade escravagista brasileira, onde as propriedades tinham reduzido número de escravos segundo registros pesquisados. Além disso, argumenta que tarefas que exigiam mais habilidade que força física, como era o caso dos serviços domésticos (figuras mas pesquisadas por Freyre, a propósito), também demandariam pouca coerção. Nesse contexto, o uso de recursos de imposição do trabalho eram muito mais sutis, e por vezes, incorporavam associações como a identificação de alguns escravos como “membros da família” (artifício ainda hoje utilizado na relação patrão-empregado). Com efeito, embora admita os limites da generalização desses argumentos, Versiani é categórico ao dizer que afirmativas genéricas baseadas no emprego da força e violência física na escravidão brasileira, à luz da evidência disponível, são historicamente incorretas.

de manutenção das estruturas vigentes e interesses dos setores dominantes, os setores populares os absorveram como forma estratégica de sobrevivência e relação com os setores dominantes, caracterizando um contexto em que o conflito não se materializa na forma de confronto direto, mas a partir de interações permeadas de simbolismo, emotividade e pessoalidade. Esses traços ligam-se ao modo de comportamento do “homem cordial” (Holanda, 1995), na medida em que este se utiliza de recursos emotivos e que misturam o público e o privado como forma de se relacionar distanciando-se do conflito imanente às relações hierárquicas. Desta maneira, a autoimagem incorpora o estigma, resignificando-o a partir do lugar social. Por exemplo, o emprego do diminutivo (o “inho”, ao final das palavras – ‘*escurinho*’, ‘*pretinho*’...), como destaca Holanda (1995), ou ainda em formas menos sutis, como o “pardo” ou o “marrom bom-bom”, demarcam um lugar inferior na hierarquia social, evitando-se formas de autoafirmação que possam levar ao confronto. Assim, ao “contornar” o confronto, ao evitar a revolta, o “homem cordial” explica uma relação segundo a qual o simbólico e o corpóreo adquirem centralidade, pois funcionam como mecanismos de interação e de definição dos lugares sociais. Palavras e gestos sutis, assim como expressões e olhares, postura e comportamento, permeados por objetos que conferem status e diferenciação, como bens e roupas, e ainda por referências particulares, expressas pelo gosto cultural e padrão estético, definem fronteiras, especialmente expressos pela delinação simbólica, que se reflete na materialidade das relações.

Embora a sociedade urbana, em seu processo civilizatório, tenha avançado para um modelo mais formal e impessoal nas relações, percebe-se, pelo menos no caso do Rio de Janeiro, que esse modelo adquiriu contornos muito singulares, e que incorporou de uma maneira própria, aquele legado colonial. Algo que se expressou em função da própria configuração espacial da cidade–misturada, que forçava relações entre diferentes e desiguais, e que, dialeticamente, influenciaria em sua configuração futura, com padrões de segregação dos pobres igualmente misturados e sobrepostos a áreas mais abastadas.

A compreensão destes processos à luz da estruturação do espaço urbano e da conformação de processos de secreção na cidade requer uma apreensão das estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio espaciais, baseados na distinção, na cordialidade e no constrangimento. Estas estratégias e mecanismos que historicamente marcaram a relação entre as favelas e outros locais de moradia dos setores populares e o restante da cidade, tiveram um papel singular no que diz respeito ao padrão de segregação produzido no Rio de Janeiro. Só assim poderemos entender como personagens de origem

social tão distinta puderam se relacionar sem que essa relação produzisse qualquer dúvida sobre seu lugar na hierarquia social, ainda que tais relações fossem marcadas pela proximidade, informalidade, e muitas vezes, pela intimidade.

Com efeito, a configuração urbana da cidade é permeada por um conjunto de mecanismos de distinção que demarcam fronteiras que nem sempre se materializam em formas, mas que se traduzem em comportamentos e na incorporação dos lugares sociais. Assim, a materialidade e a estética vão gradativamente delimitando e orientando a produção do espaço na cidade. Não é para menos que a produção do espaço urbano da cidade, ao mesmo tempo em que se voltou para os interesses dos setores dominantes, particularmente quanto às demandas do capital, também incorporou aqueles elementos interacionais herdados de nossa conformação sociocultural, traços que apesar da modernização e da urbanização, constituem um legado de nossa herança colonial e patriarcal. Os mecanismos de distinção e contenção social ganham relevo, já que a *cordialidade* (Holanda, 1995) se mantém como um traço definidor das interações sociais, sendo de grande relevo para entendermos a construção dos “mecanismos de controle e contenção sócio-espacial” e os “espaços de constrangimento”.

Com base nesse sustento o argumento de que as representações sociais e a produção do estigma configuram um importante elemento da análise dos processos de segregação. Permeados pelo constrangimento e pela distinção social, estes processos poderiam ser compreendidos a partir do paradigma da *estética da aparência* e da produção de rótulos estigmatizantes. Com efeito, as representações sociais construídas em torno dos setores populares e seus espaços de moradia adquirem peso na análise de sua condição no espaço urbano, uma vez que buscam expressar uma utopia urbana conservadora e um processo de distinção sócio-espacial caracterizado pelo desejo de inferiorização do outro, identificado como um problema a ser eliminado ou, pelo menos, isolado e logo, controlado, delimitado e circunscrito. As representações sociais são capazes de produzir comportamentos e atitudes baseados em crenças que irão instaurar ou manter práticas sociais determinadas (Minayo, 2003) e que por esta razão, podem constituir um fator de reprodução das disparidades sociais quando atuam no reforço das estigmatizações e nas formas de interação social decorrentes da “cordialidade” e da demarcação do lugar sócio-simbólico dos párias urbanos.

Como visto, no processo de formação sócio-espacial do Rio de Janeiro, a convivência entre os “cidadãos de bem” e os párias urbanos no espaço da cidade é marcada por uma paisagem de contradições socioeconômicas e culturais.

Para Pesavento (2002), a especificidade e a perversidade das condições de realização do capitalismo no Brasil que configuram este processo,

...dão margem a um contexto em que as representações assumem, de direito e de fato, preeminência sobre o real. O peso do simbólico sobrepõe-se à realidade: o parecer tem efeito de ser e, como tal, é julgado e avaliado. A credibilidade do imaginário se impõe, mesmo que as condições concretas de existência neguem os discursos e as imagens que sobre a realidade se produzem. A aparência e a fachada têm alta significação e o detalhe é tomado pelo conjunto (Pesavento, 2002: 160).

Assim, a formação de espaços favelizados no Rio de Janeiro foi atravessada por um duplo processo de distinção no espaço urbano: como lugar de resistências e como obstáculo à civilização. Esta contradição punha os pobres urbanos em confronto direto com o processo civilizatório, sendo eles próprios o obstáculo a superar através de processos sócio-simbólicos e espaciais de segregação urbana. Desta forma, o processo de afirmação de uma identidade urbana do Rio de Janeiro se revela pelo “caráter de classe que marca a consolidação das elites: a sua excludência, assinalada pela negação do outro” (Pesavento, 2002: 170).

Desta forma, os setores populares e, por conseguinte, seus espaços de moradia foram sendo tomados como obstáculos ao intento civilizatório e ao processo de ordenação urbana em curso. Mais que isso, eles eram a própria negação da civilidade e da ordem, sendo, por isso, considerados párias urbanos. Todavia, apesar dessa imagem, as elites sabiam da função que esses párias cumpriam na cidade. Naqueles novos tempos de trabalho assalariado, eles eram os substitutos dos escravos urbanos, daqueles que lavavam, cozinham, cuidavam dos filhos e de toda ordem de afazeres que aquela elite mal acostumada com os tempos de escravismo, se recusava a fazer. Eles sabiam que era preciso manter os pobres próximos. Ainda, o preço a ser pago representava a convivência com grupos considerados socialmente inferiores em uma cidade que oferecia poucas opções de moradia e deslocamento para aqueles que necessitavam estar próximos ao local de trabalho. A proximidade física – dada pelo mundo do trabalho e pela presença dos párias na urbe –, teve como saída o acirramento de processos de distanciamento social, com uma demarcação mais forte dos lugares sociais através de processos de distinção social e produção de constrangimentos.⁸ Igualmente, a negatização do *outro* – o *diferente e desigual*

8 Um aspecto interessante disse é a entrada de serviço e elevador de serviço. Nos edifícios de classe média, se convencionou que estes acessos devem ser usados pelos empregados. Não há uma explicação desta regra, porque configuraria discriminação social. Ainda, os empregados incorporaram a idéia de que aquele é o lugar por onde devem passar. Isto revela um claro processo de distinção e constrangimento.

– rapidamente foi transmitida aos seus espaços de moradia, reincorporando a significação da senzala e do quilombo no mundo escravagista, ou seja, de lugar que cabe aos “párias” e de lugar que representa o que há de pior e execrável de seu universo social e cultural. Assim, o cortiço, a favela e o subúrbio adquirem conotação negativa, legando aos seus moradores um lugar sócio-simbólico distinto no espaço urbano. Essa é a base que vai sustentar as práticas das elites e do Estado em sua luta contra a “barbárie” e “selvageria”.

A negatização e depreciação simbólica dos espaços de moradia dos pobres urbanos assim como das práticas sociais de seus moradores tem a dupla função de justificar o distanciamento simbólico e o controle social. Pechman (2002) acredita que ao longo do processo de incorporação de uma civilidade à ordem colonial, iniciada com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, instaura-se um processo de constituição de polos antitéticos, do estabelecimento entre o bem e o mal. Cita os folhetins como importantes instrumentos para isso, já que tiveram o papel de descobrir os “selvagens” da cidade ou, em outros termos, as “classes perigosas”, sobre as quais deveria incidir a ação civilizatória. Tal estratégia, cuja origem, no Brasil, remonta ao século XIX, construiu-se em torno da ruptura com a punição severa, característica das Ordenações Filipinas, e na elaboração de uma nova concepção de *ordem*, fundada na ideia de *contenção*. A contenção, no entender de Pechman (2002) baseia-se, sobretudo, nas *formas*, o que significa dizer que é no plano simbólico que passa a se estabelecer o controle social. Neste sentido, o cotidiano estetizado passa a regular a vida social na instituição de uma ordem urbana e a ideia de uma “disfunção” urbana surge como um problema a ser resolvido dentro de um plano ordenador e estético da cidade. A intervenção urbanística, neste sentido, apresenta-se como uma técnica dos controles produzidos por tal “disfunção”, e o urbanismo, na resolução das disfunções urbanas, elabora uma “patologia do espaço”, e intervém no sentido de sua normatização (Pechman, 2002).

Estes processos se sintetizam em torno de duas noções que venho buscando desenvolver ao longo dos últimos anos, e que se referem ao lugar simbólico da favela na cidade (Fernandes, 2005) e às estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial e aos espaços de constrangimento (Fernandes, 2009).

Estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial e os espaços de constrangimento

Quando me refiro a mecanismos de *controle e contenção sócio-espaciais*, estou querendo refletir sobre a dimensão espacial que permeia a noção de

controle social. Nas ciências sociais, o conceito de controle social descreve a capacidade da sociedade de se autorregular. Esta regulação não é mantida apenas por sanções jurídicas ou sistemas formais, mas também produzida por instituições e processos sociais mais amplos (Zedner, 1996). Como estou buscando demonstrar, no Rio de Janeiro essas instituições e processos sociais se estabelecem a partir de mecanismos de coerção, de distinção social e de constrangimento, impondo ainda, barreiras de ordem física e simbólica com o intuito de circunscrever os grupos indesejados. No processo de formação das favelas na cidade, o processo de estigmatização e negatização da favela foi fundamental para a afirmação da favela como não-cidade, e de seus moradores como não-cidadãos. Com efeito, o que se observa é a instituição de uma percepção simbólica que tende a ver o morador de favela como um parasita urbano, com uma atribuição histórica dos problemas urbanos à favela. Este processo histórico de estigmatização das favelas e seus moradores, se apoia nos fundamentos estéticos que marcam a tensão entre classes no Brasil, e que se reproduzem a partir do lugar simbólico e social que os párias urbanos ocupam no olhar das elites. Com efeito, a representação social da favela agrega uma visão distorcida sobre sua realidade social, muitas vezes baseada em um olhar distante, ou em episódios isolados. A imagem derivada se constrói em torno de um constante negatização. Assim, no começo do século XX a favela era vista como foco de doenças, e seus moradores como parasitas urbanos. Já na virada para o século XXI, a favela torna-se o lugar da violência, e seus moradores, em particular os jovens do sexo masculino, passam a ser identificados como uma ameaça à ordem urbana e ao bem-estar e segurança dos “cidadãos de bem”. Assim, a *objetivação* da favela (Valladares, 2000) a transforma no *lugar* de realização da pobreza e da violência urbana, sendo por isso, alvo prioritário de determinadas intervenções voltadas para seu controle e contenção (Fernandes, 2009).

Com base nisso, *controle e contenção sócio-espacial* foi a expressão que encontrei para dar conta da materialização daqueles mecanismos, uma vez que eles incidem sobre indivíduos e grupos *no e a partir do* espaço. O *controle* remete a uma dimensão mais material dos mecanismos de exercício do poder, sendo portanto, a expressão dos procedimentos ligados à instauração de fronteiras físicas, de barreiras e proibições do acesso. Ele liga-se, diretamente, à ideia de guarita, grade obstáculo e num sentido mais dinâmico, à *mobilidade* espacial. Se a mobilidade espacial é afetada, trata-se de uma forma de controle. A *contenção*, por sua vez, remete a uma dimensão imaterial dos mecanismos de exercício de poder, e liga-se aos procedimentos ligados à

instauração de fronteiras simbólicas e a produção de constrangimentos.⁹ O constrangimento não implica em proibição, mas pode produzir inibição do acesso, especialmente se este acesso é dado por valores no plano estético e comportamental. Com isso, a contenção liga-se à ideia de vigilância, norma e, em sentido dinâmico, à ideia de *acessibilidade*.

A *acessibilidade* diz respeito ao conjunto de interdições no plano simbólico que afetam o uso e apropriação de um espaço por um indivíduo ou grupo. Assim, um indivíduo pode ter mobilidade, mas pode não ter acessibilidade. Pode não haver nenhuma barreira física impedindo-o de chegar aos lugares, mas está envolto em um conjunto de impedimentos simbólicos que produzem constrangimentos e que inibem a presença e participação deste indivíduo em um determinado ambiente. Este processo corresponde a outra importante noção: os *espaços de constrangimento* (Fernandes, 2009).

Os *espaços de constrangimento* não são necessariamente (e idealmente é melhor que não sejam) caracterizados por barreiras físicas. Não existe, aparentemente, nenhum obstáculo ao seu acesso. Eles se apresentam, para todos, como algo supostamente aberto, público, acessível. Ainda, não o são. Eles são caracterizados por um conjunto de normas, estéticas e expectativas de comportamento que definem a quem se destinam e àqueles que não são bem-vindos. Os *espaços de constrangimento* emitem uma mensagem que se reflete em um sentimento misto de rejeição, incômodo e não pertencimento. Com isso, são espaços pseudo-públicos e pseudo-abertos, como é o caso dos *shoppings centers*, onde o aparente livre acesso é permeado por um conjunto de interdições orientadas por uma dada ordenação estética e simbólica baseada em valores, crenças e representações da sociedade de consumo e dos grupos aos quais aqueles espaços são direcionados.

O medo e a aversão social a tipos identificados como “potenciais criminosos” pode ser observado de forma explícita nos espaços onde estes grupos não são bem-vindos, como nos espaços de consumo e lazer destinados

9 O colega Rogério Haesbaert vem desenvolvendo uma noção semelhante a esta que emprego de “contenção”. Suas idéias dialogam de maneira bastante próxima às que desenvolvo aqui, em que pese a base empírica diferenciada. No contexto em que o emprega, Haesbaert (2008; 2009) – que também se apóia nos estudos de Foucault sobre a biopolítica e a segurança, - utiliza a expressão “contenção territorial”. Segundo o geógrafo, a conformação de aglomerados humanos precarizados, onde não mais se aplica a reclusão em espaços relativamente fechados, tem colocado a contenção e a retenção como formas de controle frente à impossibilidade e/ou ao debilitamento dos mecanismos de fechamento ou “reclusão”, tratando-se, metaforicamente, de um “efeito barragem” (Haesbaert, 2009).

aos grupos mais afastados que moram na Zona Sul da cidade. Ali, onde sua presença constitui uma ameaça à ordem e uma provocação estética, são criados mecanismos que provocam a incorporação do sentimento de repulsa e de incômodo. A experiência de Pedro¹⁰, jovem de 24 anos, no Shopping *Rio Sul*, é um exemplo bem ilustrativo disso:

- ... às vezes eu vou no Rio Sul, vou no Rio Sul, chego lá dentro do Rio Sul, tô andando, todo mundo tá olhando pra mim só porque às vezes eu tô com uma bermuda, tô de chinelo, tô com uma camiseta... e ali tu vê que ali não tem pessoas igual a você... Pessoas tudo bem arrumada, tudo bem vestida, aí tu passa assim, te olham assim, pensam que tu vai fazer uma coisa de errado. Fica aquele certo constrangimento na tua cabeça. E às vezes você quer entrar numa loja pra escolher uma coisa, pra ver uma coisa, tu se sente constrangido. Como é que eu vou entrar naquela loja ali, todo mundo vai ficar me olhando. Não te deixa à vontade, quer ficar em cima de tu.

A fala de Pedro revela a questão da *acessibilidade*, uma vez que embora capazes de chegar aos lugares, grupos estigmatizados tem uma capacidade limitada de usufruir e de, efetivamente, se apropriar de certos espaços, seja por uma questão de estética cultural e de classe, seja especialmente, pela incorporação da rejeição e da condição de *outsider* e de *indesejado*.

Com efeito, os *espaços de constrangimento* são caracterizados por uma estética e formas de funcionamento que definem uma intencionalidade de um determinado grupo social. Eles são a expressão de um determinado modelo de produção do espaço cuja forma e função servem do ponto de vista simbólico, como *mecanismos de distinção* e de reafirmação de uma dada *estética da aparência*. Assim, conformam-se espaços que são ao mesmo tempo uma marca social, cultural e simbólica, de afirmação de uma estética e ordem singulares a um grupo e indispensáveis ao seu projeto de produção do espaço, como também um fator de imposição simbólica capaz de gerar constrangimento àqueles que não partilham dos mesmos valores e padrões estéticos, assim como das referências necessárias à produção do espaço seguindo o modelo em voga.

O esforço reunido em torno da caracterização *dos espaços de constrangimento* não se volta apenas para este espaço em si, mas para os mecanismos de afirmação de modelos baseados na deturpação e degradação de outros espaços e práticas sócio-espaciais, definindo-se, assim, polos antitéticos. É esta tem sido a base de sustentação do processo histórico de negação da favela, que culmina com o momento atual, caracterizado por

10 Pedro é um pseudônimo atribuído a um jovem morador de uma favela carioca entrevistado em 2009, como parte da pesquisa de campo para a minha tese de doutorado (Fernandes, 2009).

sua forte criminalização, e pelo reforço simbólico da favela como espaço do medo, e de seus moradores como agentes da violência urbana. Este processo vem sustentando uma permanente “guerra” às favelas, cujo resultado tem sido uma crescente indiferença frente à violência institucional praticada pelo estado, que na maior parte das vezes conta com o apoio de uma população amedrontada e sedenta de vingança, em busca de seus já conhecidos bodes expiatórios.

A construção sócio-histórica dos mecanismos de controle e contenção sócio-espacial

O processo de controle das “disfunções” na cidade remete ao processo histórico de formação das cidades em um contexto ampliado, que pode ser caracterizado pela tensão entre a aglomeração e seu controle, entre a heterogeneidade social, cultural e étnica e o desejo de sua homogeneização. Como afirma Tuan (2005), apesar dos esforços de muitos governantes ao longo dos tempos em ordenar as cidades, a formação de aglomerações heterogêneas, livres do controle dos governos, vivendo à margem dos centros urbanos ordenados e controlados, constituíam uma ameaça à ordem social. “Por mais que a cidade tenha mudado com o correr do tempo”, afirma Tuan (2005: 233), “o conflito persiste entre o desejo por uma ordem socioestética imposta e a realidade das massas vivendo em um mundo dinâmico, mas confuso”. Por esta razão, a presença de grupos estranhos, diferentes dos locais, *forasteiros*, por assim dizer, sempre foi uma ameaça constante aos anseios por uma sociedade harmônica, ordenada, onde o familiar, o previsível e o moral e esteticamente aceitável eram base da sensação de segurança e do sistema de confiança estabelecido entre as pessoas.

Essa também é uma questão trazida por Michel Foucault, que destaca esta ordem de problemas dentro de um contexto sócio-histórico singular. Segundo Foucault, a formação de uma sociedade marcada pelo liberalismo teve como consequência a instauração de uma cultura política do perigo e do medo, que seria o correlato psicológico e cultural do liberalismo (Foucault, 2008b: 90-91). Neste contexto, ao mesmo tempo em que se estimula a liberdade, como um elemento central em uma sociedade liberal, se criam formas de controle e intervenção que funcionam como garantia dessa liberdade. Nas cidades, o problema das aglomerações e o receio da revolta são fatores de estímulo à instituição de mecanismos de controle social que atravessaram a ordenação urbana (Foucault: 2008a).

Na Europa ocidental, a experiência da vida urbana nas cidades mercantis, e posteriormente, nas cidades capitalistas, seria marcada pela

constante desconfiança do outro e a dificuldade de mistura e assimilação cultural (Foucault, 2008a). Esses processos de controle social dos grupos indesejáveis, atravessado por medidas de ordenação do espaço urbano e de demarcação de fronteiras físicas e simbólicas, configuram *estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial*. Trata-se da instituição de formas de controle social e de ordenação do espaço orientadas a partir de estratégias que estruturam um conjunto de intervenções e interdições que incidem direta ou indiretamente sobre determinados grupos, sendo estes em geral, os grupos estigmatizados identificados como ameaça à ordem social e espacial desejada. Estas intervenções e interdições podem ser lidas a partir de mecanismos que vão sendo adotados, ao longo da história, e que configuram técnicas de exercício do poder disciplinar (Foucault, 1999) e de instituição de procedimentos de segurança e controle das populações (Foucault, 2008a). Mas não se trata apenas de técnicas no sentido de procedimentos sistemáticos com uma intencionalidade explícita. Trata-se também, de ações que nem sempre adquirem uma forma regular ou sistemática, mas sim difusa, e que se organizam em torno de elementos simbólicos que afetam comportamentos (Fernandes, 2009). Neste sentido, as estratégias se colocam em uma escala ampliada, que estrutura ações mais pontuais, que são os mecanismos. Esta distinção é importante porque, como veremos mais à frente, são as estratégias que incorporam a representação social, que assimilam o estigma, conferindo aos procedimentos de *controle e contenção sócio-espacial*, uma conexão ideológica (e prática) com o olhar construído em torno dos grupos estigmatizados.

Na análise desses processos no contexto urbano do Rio de Janeiro, é indispensável retomar as argumentações de Pechman (2002) em torno da reconfiguração dos mecanismos de controle social, fundados na ruptura com as Ordenações Filipinas e na instauração de formas de *contenção* estruturadas em torno do simbólico e de uma estética da aparência. É neste momento de reconfiguração das formas de controle social que se estabelecem as bases para a estruturação das estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial na cidade. A ideia de “disfunção” e a adoção do urbanismo como meio de ordenação social, mediante intervenções no espaço, estabelece uma importante conexão entre a instauração de uma nova dinâmica espacial na cidade, a adoção de novos padrões estéticos na paisagem urbana e no comportamento dos setores dominantes associados à ideia de *modernidade*, e a implementação de um saber médico-higienista na ordenação do espaço urbano. Tanto a estética moderna, quanto o saber médico-higienista, têm um papel central na estigmatização dos grupos indesejados da cidade àquela época.

Esses processos em curso na virada do século XIX para o século XX na capital federal do Brasil possuíam uma correlação profunda, em tempo e circunstâncias diferenciadas, com processos semelhantes que ocorriam naquela época (e mesmo antes), na Europa ocidental. O saber médico-higienista e a estética da *Belle Époque* configuram formas de organização dos saberes e de configuração da sociedade e do exercício do poder que são adaptadas ao contexto social, político, cultural e espacial do Rio de Janeiro.

Na Europa, as classes médias evitavam os pobres porque os identificavam como portadores de doenças. Sua aversão ao contato com os pobres e seus locais de moradia oscilava a depender do discurso médico (Tuan, 2005). Com efeito, por um lado, a teoria miasmática defendia a ideia da difusão de doenças através do ambiente físico. De outro, a teoria do contágio apregoava o contágio diretamente às pessoas, sendo, neste caso, os pobres os principais transmissores em função de suas condições de higiene (Tuan, 2005). A tese defendida pelo médico norte-americano Cyrus Edson, superintendente sanitário da cidade de Nova York, em 1895, também reforça essas idéias, e sugere que o contágio é igual para todos os homens, independente de sua condição social (Hochman, 2006). Com isso, ao mesmo tempo em que as autoridades públicas reconheciam a necessidade de reformas sanitárias nas cidades, se delineava uma política de contenção sócio-espacial dos pobres na cidade, que a reboque daquelas intervenções, se manifestava pelo controle da mobilidade dos pobres pela cidade e da circunscrição de seus locais de moradia. A este processo, Foucault (1984) atribui à formação de uma medicina urbana, cujo papel seria identificar e isolar amontoamentos insalubres, além de controlar os fluxos de esgotos e água potável e a distribuição das coisas na cidade. Esta “medicina urbana” permitiu, simultaneamente, o desenvolvimento de saberes capazes de: (i) identificar genericamente regiões de amontoamento, de confusão e de perigo no espaço urbano; (ii) controlar a circulação das coisas e pessoas na cidade; e (iii) ordenar e distribuir as coisas e pessoas na cidade (Foucault, 1984).

Com isso, as intervenções urbanizadoras continham um projeto de gerenciamento do urbano em sua totalidade (Pesavento, 2002). A preocupação maior está no controle do corpo social, especialmente das massas urbanas potencialmente sediciosas, tratando-se, em outras palavras, do problema da população, com sugere Foucault (2008a, 2008b). Não é por acaso que médicos sanitaristas colocam-se na vanguarda das propostas de modernização da cidade. O controle do corpo exercido pela medicina se dissemina para o “corpo social”, tendo a cidade como ambiente propício à elaboração de estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-

espacial. Neste contexto Foucault (2008a) aponta quatro funções que cabiam àquele conjunto de transformações pelo qual as cidades passavam nas mãos de urbanistas e sanitaristas. A primeira, a *higiene*, ligava-se diretamente à preocupação com os miasmas, presentes em particular, nas amontoações, que precisavam ser eliminadas. A segunda seria garantir o comércio interior da cidade, a *circulação* de mercadorias, o fluxo da economia e de tudo aquilo que gerasse riqueza, tratando-se, neste caso, de uma preocupação com as vias de circulação. A *conexão* dessas vias com vias externas, facilitando o fluxo de chegada e saída na cidade, era a terceira função daquelas transformações urbanas. Por fim, Foucault aponta a questão da *vigilância*, desde que

...a partir do momento em que a supressão das muralhas, tornada necessária pelo desenvolvimento econômico, fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo. Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da ruim, de maximizar a boa circulação diminuindo a ruim (Foucault, 2008a: 24).

No Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX, boa parte das argumentações em torno de uma cidade “limpa e ordenada” estava referenciada no discurso médico sanitarista da época, que defendia a ideia de que as favelas e cortiços eram focos de doenças e de que a cidade precisava “respirar” através da abertura de vias mais largas e arrasamento de morros (Valladares, 2000). Foram os médicos sanitaristas, por exemplo, que definiram a praia como um lugar ameno e favorável à saúde, o que produziu uma valorização abrupta de áreas até então pouco valorizadas pela sociedade e o mercado imobiliário (Silva, 2000). Inspiradas particularmente nos urbanistas-sanitaristas franceses, essas ideias sustentaram não apenas a derrubada de vários cortiços como também uma ampla reforma na cidade promovida por Pereira Passos no início do século XX, assim como outros planos de intervenção urbanística na cidade, que desde então passaram a referenciar a favela negativamente também do ponto de vista sanitário. Estas intervenções tinham como premissa a melhoria das condições gerais de vida na cidade, especialmente no que diz respeito às medidas de sanitização. Ainda, na medida em que os espaços de moradia dos pobres urbanos passam a ser o principal alvo dessas intervenções, é observado um crescente processo de estigmatização e culpabilização dos pobres pelos problemas urbanos. Eles se tornam alvo de uma série de intervenções que tinham como base de sustentação a ideia de controle das massas e de governo dos vivos.

Nesse cenário, emerge um discurso voltado para a negatização dos espaços de moradia dos pobres, primeiramente os cortiços e, em um segundo momento, as favelas, que passam a ocupar um lugar de destaque no debate público da época. Este período marca não apenas a formação das primeiras favelas, como também sua afirmação no cenário urbano. Por esta razão, também é o período em que se constroem as bases ideológicas dos discursos sobre as favelas que passaria a marcar, ao longo de sua história, a relação da cidade com estes espaços e, em particular, sua relação com o Poder Público (Valladares, 2000; Fernandes, 2005).

A derrubada do famoso cortiço “Cabeça de Porco” assinala um momento grande importância para a história urbana do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere ao lugar da moradia dos pobres no debate público. Arrasado em 1893 sob a gestão do prefeito Barata Ribeiro, o Cabeça de Porco tornou-se símbolo de um modelo urbano que tinha como pilares a higiene, a ordem e a modernidade. De acordo com Vaz (1986), o Cabeça de Porco consagrara-se como símbolo das habitações coletivas muito embora não representasse o conjunto daquelas habitações em termos de tamanho e forma. Todavia, enquanto objeto da representação social, o Cabeça de Porco “se constituía num exemplar que concentrava todos os aspectos negativos, todos os vícios e defeitos que se procurava eliminar na habitação” (Vaz, 1986: 29).¹¹

Os cortiços, que na virada do século XIX para o século XX constituíam um grande problema de saúde pública aos olhos das autoridades, não eram vistos apenas como espaços insalubres, mas também como ambientes propícios à degradação moral daqueles que ali viviam. Esta concepção, de forte determinismo social, é reveladora de como aos olhos da época se construiu uma noção que influenciaria daí por diante a percepção sobre os espaços de moradia dos pobres. Sob a influência da concepção naturalista de sociedade, o texto sugere que estes lugares seriam propícios à formação de tipos degradados e marginalizados devido às condições de *miséria*, de *insalubridade* e de *promiscuidade*. E assim, no final do século XIX, quando o Rio se torna um grande canteiro de obras, com inúmeras demolições, a

11 De acordo com VAZ (1986), o cortiço enquanto propriedade imobiliária era intocada. Não havia leis que permitissem a derrubada dos cortiços pelas autoridades públicas, tendo sido o Cabeça de Porco, o único cortiço na história do Rio de Janeiro derrubado pelo Poder Público. O desrespeito aos limites que a propriedade privada impunha às ações dos órgãos de higiene renderam processos contra a prefeitura, o que inibiu novas ações deste tipo (VAZ, 1986). Somente na administração Pereira Passos, sob uma legislação que permitiria a desapropriação de imóveis, é que ocorre uma grande derrubada de cortiços, não mais por imposição da política de erradicação de cortiços, mas sim da renovação urbana (VAZ, 1986).

batalha contra a insalubridade também se revela em uma batalha contra o atraso, a desordem e a barbárie, identificados em particular, nos espaços de moradia dos pobres.

Essa inspiração, de fundo naturalista, concebia a cidade como um organismo vivo, e percebia nas habitações insalubres e nos becos sombrios e úmidos da cidade, a origem dos problemas de saúde na cidade. Essa medicina urbana (Foucault, 1984) é que vai conferir espacialidade aos mecanismos de contenção social que se instaura no Rio de Janeiro ao longo do século XIX (Pechman, 2002).

Para Abreu (1988), os projetos de melhoramentos urbanos do Rio de Janeiro, apresentados ao longo das últimas décadas do século XIX, tinham como justificativa não apenas o embelezamento da cidade e a melhoria de suas comunicações internas, como também a melhoria de seu policiamento. Deve-se considerar que a presença cada vez maior de pobres, de composição variada (ex-escravos, imigrantes europeus, árabes, ciganos, baianos e brancos pobres) revelava-se incompatível e inaceitável para os ideais de modernização da cidade (Rocha, 1995). A “explosividade potencial do centro da cidade”, especialmente pela existência de ruas estreitas e de uma perigosa proximidade destes pobres dos espaços de moradia dos mais abastados, tornava imperativo o controle do espaço central da cidade (Abreu, 1988).

Como afirma Bretas (1997) quanto aos pobres da cidade,

... Expulsá-los de suas moradias não era o suficiente: urgia livrar o centro da capital do espetáculo de sua miséria. Mas eles não podiam ser eliminados pura e simplesmente, pois forneciam a mão-de-obra barata indispensável à elite. Nesses primeiros anos de reforma urbana, o papel da polícia cresceu consideravelmente, a fim de controlar essa massa de trabalhadores pobres (Bretas, 1997: 21).

Foi nestes termos que a Reforma Passos, de inspiração Haussmaniana, empreendida entre 1902 e 1906, promoveu não apenas uma verdadeira “limpeza” do centro da cidade, como também promoveu uma mudança na forma de controle e contenção dos setores mais pobres, passando-se da “forma da habitação” ao “espaço da habitação”, ou da habitação ao *habitat* (Abreu, 1988). Não seria mais sobre a habitação em si que o controle e o “policiamento” (em todos seus sentidos) se dariam. Com a reforma urbana e seus desdobramentos, a localização da moradia assume um papel preponderante no controle dos pobres na cidade. Com isso, configura-se uma delimitação mais clara entre ricos e pobres, delineando-se a segregação e distinção na cidade ao mesmo tempo em que a polícia estrutura-se como órgão de controle social (Bretas, 1997), afirmando-se de maneira oficiosa, a criminalização dos pobres,

especialmente no que diz respeito a sua mobilidade na cidade, em particular no centro e nas áreas de moradia dos setores mais abastados.

Tem-se então um cenário marcado por mudanças profundas na forma e organização do espaço urbano, em que mecanismos e estratégias de controle e contenção sócio-espacial se reconfiguram, lançando sobre os traços herdados do período colonial e do patriarcalismo, novos mecanismos de ordem institucional e impessoal, tais como a dinâmica imposta pela separação entre local de trabalho e local de moradia e o papel da polícia como órgão de controle. Trata-se de um momento crucial da história urbana do Rio de Janeiro, já que as relações entre ricos e pobres não apenas se reconfiguram espaço-temporalmente, como se instauram novos mecanismos que gradualmente vão impondo uma série de restrições à presença dos setores populares na cidade, definindo lhes lugares – os subúrbios e as favelas –, e impondo-lhes constrangimentos de ordem simbólica através de mecanismos de contenção e controle expressos nas políticas públicas, nas intervenções privadas e no olhar dos setores dominantes sobre os pobres da cidade. Como afirma Abreu (1994), fazendo referência à Reforma Passos,

Em sua fúria legisladora, o Prefeito [Pereira Passos] atingiu também as “velhas usanças” da população, isto é, o conjunto de “práticas econômicas, formas de lazer, costumes e hábitos profundamente arraigados no tecido social e cultural da cidade” que, por não condizerem com o novo modelo urbano que era imposto, não poderiam ser permitidos (Abreu, 1994: 53a).

As intervenções públicas e privadas estavam voltadas para um melhoramento da cidade que desconsiderava a questão habitacional, focando-se na estética e na ordem. Ao não promover nenhuma política voltada para os pobres da cidade, deixando-os ao seu próprio destino, sem ter onde morar, a Reforma Passos produziu, em pouco tempo, um contingente de cerca de 20 mil “desabrigados”, ex-moradores das 1.681 edificações derrubadas pela Reforma (Rocha, 1995). A Reforma não apenas ignorou a situação da população pobre como se voltou contra ela, consolidando uma imagem estigmatizada sobre os pobres e seus locais de moradia.¹²

O *Morro da Favella*, que àquele momento já ocupava um relevo na paisagem urbana carioca, logo passaria a ter sua imagem associada ao perigo e à desordem, lugar de malandros e marginais. A Revolta da Vacina, que teve ali um de seus campos de batalha mais destacados, somada a fama de alguns de

12 Os Decretos de número 762 de 1/6/1900, 842 de 9/12/1901, 391 de 10/2/1903, e 224 de 20/4/1896, proibiam construções de cortiços, estalagens e afins em determinadas áreas da cidade e a reconstrução ou mesmo obras de melhoramentos nas já existentes (Rocha, 1995).

seus moradores – destacados capoeiristas e bambas -, fez com que a imprensa rapidamente usasse o termo favela para designar outras aglomerações semelhantes pela cidade.

É neste momento que a visibilidade física das favelas passa a corresponder a uma “visibilidade ideológica” (Silva, 2005: 91). As primeiras favelas, neste contexto, herdaram um olhar já em construção sobre a moradia dos pobres e os próprios pobres, sendo predominante a ideia de que nelas, tanto como nos cortiços, pairava a desordem, a insalubridade e a feiura. Sem negar que esses elementos eram traços presentes na aparência e realidade social das favelas e cortiços, com graus variados, há de se reconhecer que as características mais negativas e mais exemplares foram utilizadas desde o começo como meio de degradação e depreciação desses espaços e de seus moradores, em uma batalha explícita contra a “barbárie” e a favor da “civildade”.

Palavras finais

Buscamos apresentar neste artigo o processo de construção bem com as bases discursivas dos mecanismos e estratégias de controle e contenção sócio espacial, assim como da produção dos espaços de constrangimento na cidade do Rio de Janeiro. A demarcação entre os espaços dos favelados e os espaços onde os favelados não são bem-vindos se sustenta historicamente na ideia de barbárie, sujeira e ameaça à ordem pública. Com efeito, o discurso contemporâneo marcado pelo medo e aversão social tende a acentuar as marcas estigmatizantes historicamente associadas à favela em uma clara tentativa de legitimar políticas e práticas sustentadas no uso da violência e da correção social. Na medida em que moradores de favelas são não-cidadãos, ou bárbaros, em sentido mais explícito, os processos civilizatórios podem se impor em nome da ordem e do bem-estar dos cidadãos de bem, na luta contra aqueles que historicamente se consolidaram como imagem invertida da civilização e de uma ordem estética hegemônica.

A construção de uma imagem estereotipada das favelas e de seus moradores contribuiu para um processo histórico de abandono e descaso para com essas áreas. Igualmente, a imagem do morador de favela como um cidadão de segunda categoria reforçou processos que se consolidaram na forma de sua criminalização e, especialmente, na ideia de que estes grupos não têm futuro e que, por isso, não necessitam de investimentos senão aqueles voltados para seu controle social. Esse processo é ainda mais perverso entre jovens cuja imagem é associada à violência urbana. Eles passam a representar a face do medo social e uma ameaça à ordem, à segurança e ao bem-estar das

“pessoas de bem”. Com efeito, um conjunto de intervenções estruturadas em torno do controle e da contenção sócio-espacial tomam forma, e assumem um papel estratégico no gerenciamento destes párias urbanos.

Este processo histórico tem sido a base de sustentação de mecanismos que ainda se reproduzem na relação entre intervenções públicas (e percepções gerais da população) e os espaços favelizados da cidade. Os problemas contemporâneos da cidade têm acentuado os processos históricos, reforçando processos estigmatizantes em uma crescente criminalização dos moradores de favelas. O medo social tem levado à instituição de um pseudo estado de exceção, e novas medidas de controle e contenção sócio-espacial passam a se reproduzir na cidade. Da mesma forma, o medo tem também interferido na produção do espaço urbano, provocando mudanças no padrão de distribuição de moradia dos grupos mais afastados (Souza, 2000 e 2008; Caldeira, 2003) e fragmentando o tecido sócio-político e espacial da cidade (Souza, 2000).

Neste contexto atuação do estado junto aos grupos mais estigmatizados e vulneráveis tem sido alvo de crítica de grupos de direitos humanos, em particular em função das ações violentas da polícia, que sustentada naquelas representações sociais, e apoiada por uma população amedrontada, tem praticado atrocidades nas favelas. Também é possível observar a reação ao medo na atitude de indivíduos, onde a indiferença quanto à violação de direitos nas favelas tem sido amenizada pelo ódio e aversão social, e pela frequente culpabilização dos pobres quanto à violência na cidade.

Estes processos servem de alerta para a necessária reformulação dos modelos de desenvolvimento urbano e de intervenção pública nas favelas. E isso se torna ainda mais evidente na medida em que o Rio de Janeiro e suas favelas passam a ganhar novo destaque na cena nacional e internacional com a eleição da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, principal centro da Copa do Mundo de Futebol em 2014. Trata-se de eventos que sinalizam mais um marco em termos de intervenção urbanística, investimentos e legados para o futuro da cidade. Mas serão esses eventos uma oportunidade para se desenvolver novas estratégias que promovam o equilíbrio urbano ou serão a reafirmação de um modelo que vem produzindo disparidades cada vez mais acentuadas na cidade?

Referências Bibliográficas

Abreu, Maurício de Almeida (1994), “Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro”, em *Espaço & Debates*, num. 37.

- Abreu, Maurício de Almeida (1988), *A evolução urbana do Rio de Janeiro*, IPLANRIO/Zahar.
- Bourdieu, Pierre (2008), *A distinção*, Crítica social do julgamento, São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Zouk.
- Bretas, Marcos Luiz (1997), *Ordem na cidade, O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*, Rio de Janeiro: Rocco.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio (2003), *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo: Editora 34/Edusp.
- Campos, Andreilino de Oliveira (2005), *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Carvalho, José Murilo de (2002), *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo: Companhia da Letras.
- DaMatta, Roberto (1994), *Carnavais, malandros e heróis, Para uma sociologia do dilema brasileiro*, Rio de Janeiro: Rocco.
- DaMatta, Roberto (1986), *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco
- Fernandes, Fernando Lannes (2009), *Violência, medo e stigma: efeitos sócio-espaciais da ‘atualização’ do ‘mito da marginalidade’ no Rio de Janeiro*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Fernandes, Fernando Lannes (2005), “Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade”, em *Cidades*, Presidente Prudente, 2(3).
- Foucault, Michel (2008a), *O Nascimento da biopolítica*, São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2008b), *Segurança, território e população*, São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel (1999), *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*, Petrópolis: Vozes.
- Foucault, Michel (1984), *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal.
- Freyre, Gilberto (2003a), *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global.
- Freyre, Gilberto (2003b), *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcho rural no Brasil*, São Paulo: Global.
- Haesbaert, Rogério (2009), “Dilema de Conceitos: Espaço-Território e Contenção Territorial”, em Saquet, Marcos Aurélio; Sposito, Eliseu Savério [org.], *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*, São Paulo: Expressão Popular.
- Haesbaert, Rogério (2008), “Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios”, em Oliveira, M. et al. [orgs.], *O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas*, Rio de Janeiro: Lamparina.
- Hochman, Gilberto (2006), *A era do saneamento, As bases da saúde pública no Brasil*, São Paulo: HUCITEC.
- Holanda, Sérgio Buarque de (1995), *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Leite, Márcia Pereira (2000), “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44).
- Minayo, Maria Cecília de Souza (2003), “O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica”, in Guareschi, Pedrinho y Jovchelovitch, Sandra [orgs.], *Textos em representações sociais*, Petrópolis: Vozes.

- Pechman, Robert Moses (2002), *Cidades estreitamente vigiadas, O detetive e o urbanista*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Pesavento, Sandra Jatthy (2002), *O Imaginário da Cidade, Visões literárias do urbano*, Paris; Rio de Janeiro; Porto Alegre, Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Ribeiro, Darcy (1995), *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Rocha, Oswaldo P. (1995), *A era das demolições: Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)*, Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca.
- Silva, Jailson de Souza e Barbosa, Jorge (2005), *Favela, alegria e dor na cidade*, Rio de Janeiro: Editora SENAC.
- Silva, Maria Laís Pereira da (2005), *Favelas cariocas, 1930-1964*, Rio de Janeiro: Contraponto.
- Silva, Mauro Gil Ferreira (2000), "O papel dos médicos na valorização das áreas litorâneas da cidade do Rio de Janeiro", Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ.
- Sodré, Muniz (2002), *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*, Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- Souza, Marcelo Lopes de (2008), *Fobópolis. O medo generalizado e a militarização da questão urbana*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, Marcelo Lopes de (2000), *O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Tuan, Yi-Fu (2005), *Paisagens do Medo*, São Paulo: Editora da Unesp.
- Valladares, Licia (2000), A gênese da favela carioca, A produção anterior às ciências sociais, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44).
- Vasconcelos, Pedro de Almeida (2004), "A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração", in *Cidades*, Presidente Prudente, 1(2).
- Vaz, Lílían Fessler (1986), "Notas sobre o Cabeça de Porco", in *Revista Rio de Janeiro: Niterói*, vol. I, num. 2, jan./abr.
- Ventura, Zuenir (1994), *Cidade partida*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Versiani, Flavio Rabelo (2007), "Escravidão 'suave' no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão?", in *Revista de Economia Política*, 27(2-106).
- Wacquant, Loïc (2003), *Punir os pobres, A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*, Rio de Janeiro: Revan.
- Wacquant, Loïc (2001), *Os condenados da cidade, Estudos sobre marginalidade avançada*, Rio de Janeiro: Revan/FASE.
- Zaluar, Alba (1998), "Crime, medo e política", in Zaluar, Alba & Alvito, Marcos, *Um século de favela*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Zedner, Lucia (1996), *Controle social* (verbete), in Bottomore, Tom, & Outhwaite, William, *Dicionário do pensamento social do século XX*, Rio de Janeiro: Zahar.

Fernando Lannes Fernandes: é Research Fellow da University of Dundee, Reino Unido, onde desenvolve pesquisa sobre desenvolvimento comunitário e prevenção da violência. É PhD em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo também pesquisador associado do Scottish Centre for Crime and Justice Research, e do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, onde trabalhou entre 2001 e 2009, tendo sido um de seus diretores. Principais campos de interesse: violência urbana, marginalidade, estigmatização e segregação. Publicações: Fernandes, F.L., Rodriguez, A. and Silva, J. (2011). Redes sociais dos adolescentes e jovens do tráfico de drogas e suas relações com as drogas. Reflexões a partir de aprendizados do programa Rotas de Fuga In: De Micheli, D. & Silva, E. *Adolescência Uso e Abuso de Drogas: Uma Visão Integrativa*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp. Fernandes, F. L. & Hudson, A. (2010) *Making a case for education in communities and the right to the city*, Third International Congress on Upper-Secondary and Higher Education – Building Knowledge Societies for a Sustainable Future, Mexico City. Fernandes, F.L., Edmundo, K. & Dacach, S. (2009). *Caminhos possíveis. Oito projetos para a juventude*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas; Ministério da Educação.

Recepção: 20 de outubro de 2010.

Aprovação: 26 de junho de 2011.